

ACTA N.º 20

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 24 de Junho 2008.

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas vinte e duas horas, reuniu em Sessão Ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos membros: Vera Lúcia Santos Veríssimo Noronha, Joaquim Augusto Palhoto Pais Azevedo, Maria Fátima Pedro G. Rodrigues, José Miguel Neves Teixeira Carvalho, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco de Mello E. Santo, João Pedro Antunes Osório, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega P. D'Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Carlos Alberto das Neves Cotrim, José João Marques Pais e Maria América Alcobio Cravo.

A Presidente da mesa deu início à sessão, começando por desejar rápidas melhoras e congratular-se por ver de novo, na Assembleia Municipal de Alpiarça, o Senhor Vereador Mário Peixinho.

De seguida, deu início à discussão da Acta nº17, que tinha sido sujeita a rectificações. Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou à votação a Acta nº17 de 29 de Fevereiro de 2008, que foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor, 1 abstenção e 1 ausência da sala, referente à membro Leonor Tendeiro.

De seguida foi colocada à votação a Acta nº18 de 24 de Abril de 2008, com o compromisso de serem corrigidas as presenças, foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor, 3 abstenções e uma

ausência da sala, referente à membro Leonor Tendeiro.

A Presidente da mesa propôs que a Acta nº19 ficasse para votar na próxima Assembleia Municipal, com as correcções propostas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da mesa leu um voto de pesar referente ao Senhor Joaquim Alcobia Matias.

De seguida leu uma informação à Assembleia Municipal, referente às questões colocadas na sessão ordinária, que decorreu a 29 de Abril de 2008, em que a Presidente da mesa não estava presente, e foi substituída pelo 1º Secretário da mesa da Assembleia Municipal.

A Presidente da mesa deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal de Alpiarça.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para solicitar a colaboração dos serviços, no sentido de poder haver um espaço para poder estacionar o carro, e uma entrada de acesso, acessível, para o membro, no local onde se encontra a Exposição de José Relvas na Assembleia da República.

A membro Inês Aguiar interveio, para fazer referência à Assembleia Municipal de 27-12-2007 (Acta nº9), onde a Presidente da Assembleia Municipal não esteve presente, mas teve conhecimento, que foi incluído um novo ponto na ordem de trabalhos. Realçou o Artº19 do Regulamento da Assembleia Municipal, e afirmou, que quando foi colocada a questão, se poderia ser introduzido um novo ponto na ordem de trabalhos, ainda estava

presente o líder da Bancada CDU, José Miguel Carvalho, que tinha dito que não concordava. Reafirmou que quando foi colocada a questão, ainda estavam os dezasseis membros, presentes, tinha que pôr à votação, como a bancada da CDU não tinha concordado, o ponto não podia ser incluído. De seguida a membro leu uma parte da Assembleia Municipal de 26-06-2007 dizendo, "O Presidente da mesa em exercício, solicitou aos líderes de cada bancada que se pronunciassem sobre a situação anómala existente na segunda convocatória, quando, por lapso, foram omitidos quatro pontos, só tivemos conhecimento quando chegámos aqui, recebemos a convocatória, e faltavam quatro pontos. Para todos os efeitos era a introdução de novos pontos na Ordem de Trabalhos e ninguém tinha conhecimento, a não ser quando se iniciou. A convocatória estava mal feita, porque os membros não tinham sido convocados com a antecedência prevista, legalmente, e mesmo assim, e pode-se ler isso na Acta, o Presidente da mesa, em exercício, informou que uma vez que se chegou a acordo, se iria dar início à Sessão."

A membro Inês Aguiar falou sobre a Comissão do PDM, salientou que seria necessário a Bancada do PS apresentar um representante, para a Comissão do PDM poder avançar, e realçou, "já tiveram tempo suficiente para nomearem um representante, se não o indicaram é porque não estão interessados em fazer parte, se não estão interessados, avança-se com a Comissão com quem está, à semelhança do que fez com a Comissão da Assembleia do Futuro."

Relativamente à correspondência, colocou a questão sobre a entrada nº 57, sobre os pagamentos de senhas de presença.

Colocou uma questão relacionada com a informação sobre os custos com os processos judiciais que a membro já tinha solicitado.

A Presidente da mesa interveio, para responder a algumas questões colocadas pela membro Inês Aguiar.

Relativamente ao PDM, a Presidente da mesa informou que tinha recebido o nome do representante da Bancada do PSD, assim tinha dois representantes e já tinha condições de criar uma Comissão, pois uma comissão não se cria com uma só pessoa.

Relativamente à troca de correspondência, à entrada nº 57, a Presidente da mesa esclareceu, “a questão que foi colocada pelo Senhor Paulo Espírito Santo, foi se o facto de se tratar de duas reuniões, daria direito apenas a uma senha de presença, ou a duas senhas de presença..., são duas reuniões de uma mesma sessão e nós recebemos por reunião, foram-lhe pagas duas reuniões, a este membro que só esteve um dia, só lhe foi paga uma senha, ao membro João Vasco, só lhe foi pago uma senha, aos outros que vieram às duas reuniões dessa sessão, foram pagas duas senhas.”

Relativamente ao ofício das custas do Tribunal, a Presidente da mesa informou que não houve custas do Tribunal.

O membro Carlos Cotrim interveio, para lembrar sobre o assunto referido na sessão de 29 de Fevereiro de 2008 pelo membro João de Brito, referente ao estacionamento junto das farmácias.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para realçar o assunto sobre as duas reuniões, que segundo o membro, deveriam ser pagas e nunca foram, tendo o membro alertado várias vezes para o assunto, a exposição do assunto que vinha na carta que o membro escreveu, salientava para que todas as Comissões e todos os membros que delas fizessem parte, deveriam ser compensados.

A Presidente da mesa interveio, para esclarecer, depois de ter questionado a Associação Nacional de Municípios, que os representantes da Assembleia na C.P.C.J., no Concelho Municipal de Segurança, etc., não cabem na alínea f do nº1 do art.º 53.

A membro Inês Aguiar interveio, para rectificar que a questão

que colocou sobre os custos do Processo em Tribunal, era com todo o processo em geral não era, só, com as custas judiciais.

A membro Inês Aguiar afirmou que depois de ter estado numa reunião de pais, onde estes manifestaram a necessidade de haver uma especial atenção, por parte da Câmara Municipal de Alpiarça, com o espaço exterior da Escola Primária, "nomeadamente a areia, e aquela gravilha que lá está colocada, que não é saudável para as crianças, porque brincam, correm, levantam muita poeira, há crianças com alguns problemas de alergias na pele, crianças com asma, agora que terminaram as aulas, poderiam ponderar, nestes três meses de interrupção lectiva, para alterar esta situação."

O membro Celestino Brasileiro interveio, para ler um voto de pesar, referente ao Senhor Joaquim Alcobia Matias.

De seguida foi feito um voto de pesar comum a todas as bancadas, foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Após a leitura do voto de pesar, a Presidente da mesa perguntou se alguém queria intervir.

A membro Anabela Costa interveio, começando por agradecer o envio das contas da Alpiagra/2007, e acrescentou, "já anteriormente eu tinha pedido as contas de 2006, no entanto, quando recebi estas contas, estive a confrontar alguns números e a tirar algumas ilações, e verifiquei o seguinte, em 2006, e vou confrontar os números que apresentaram no vosso Boletim Municipal último, com aquelas que eu verifiquei, que me pareceu, que não deram na totalidade a informação no Boletim Informativo, uma vez que a informação que eu aqui consultei, tinha mais as despesas com a publicidade..., a receita que eu consultei em 2006, era uma receita ligeiramente superior àquela que está no Boletim Informativo..., o saldo negativo seria um pouco mais elevado que aquele que vem no

Boletim Informativo.

“Em 2007, eu fiquei um pouco preocupada, quando eu vejo que as despesas inerentes a Alpiagra, aquelas que me apresentaram..., é um saldo negativo bastante elevado, no entanto não sei como é que processam isto contabilisticamente, mas para uma iniciativa deste género, ou para outro tipo de iniciativa, era importante que fosse aberto um centro de custos..., há aqui uma coisa que eu não vi nas vossas despesas, que me parece que devia de estar também considerado, o custo com o pessoal, os certames são feitos, com publicidade, com espectáculos, como a manutenção do espaço, a estimativa com a electricidade, etc, era importante que viesse, aqui reflectido esse tipo de custos, em relação às receitas, elas parecem-me aqui todas contempladas, no entanto este saldo parece-me bastante elevado tendo em conta o Certame que é, ainda mais com um Município como o nosso, com tantas dificuldades económicas e com tantas dividas para pagar, apresentar um saldo deste género..., parece-me ser um saldo muito elevado...”

A membro falou, ainda, dos valores que os munícipes pagam para utilizar as Piscinas Municipais, o valor que têm que pagar para se utilizar o Campo de Ténis, para se andar a cavalo, na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, e acrescentou, “ e depois não se preocupam em gastar tanto dinheiro com um Certame como este...”

A membro Vitória de Brito interveio, para solicitar que o documento “Resolução”, que foi entregue ao Senhor Presidente da Câmara, sobre o Pavilhão do PCP, em 30 de Maio de 2008, fosse entregue na Assembleia Municipal e, também, fosse dado conhecimento à Assembleia.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para manifestar o seu agrado perante as receitas que a Câmara Municipal apresentou, referente à Alpiagra/2007, porque, segundo o membro Paulo Espírito

Santo, a Alpiagra é uma Feira aberta ao público de uma forma gratuita, que pretende prestar um serviço aos munícipes, e acrescentou, “a Câmara terá que cobrar entradas, para colmatar este monstruoso défice, eu pessoalmente não estou nada de acordo, e isto é o custo da transparência. Eu já estou na Assembleia Municipal há uns anos, tanto na oposição, como estive, como agora que não estou na oposição, quando fiz este mesmo pedido, quando estava na oposição, a resposta que tive foi zero, nunca soube quanto é que tinha custado, este Executivo, esta força política que está no poder, fá-lo e fá-lo com transparência, entrega e diz, e é mesmo assim.”

O membro Paulo Espírito Santo salientou também, outra situação que entra na composição das receitas, que é a imagem do Concelho para o exterior, e referiu a vinda das pessoas, do exterior ao Concelho, a Alpiarça, quando há determinados espectáculos.

O membro João Osório interveio, para colocar duas questões, a primeira foi sobre a colocação de lombas junto à Escola Primária e ao Jardim de Infância do Frade de Cima, a segunda questão foi sobre a colocação de cimento nos “buracos” de algumas ruas de Alpiarça.

Relativamente à Comissão do PDM, o membro João Osório felicitou a Presidente da mesa pelo relatório que fez, salientando uma situação que, segundo o membro, foi esquecida, “esqueceu-se de umas questões postas pela bancada da CDU, por escrito, à mesa da Assembleia, há mais de um ano...” Salientou uma questão que colocou ao Senhor Presidente da Câmara, sobre o relatório da inspecção, no qual só foram lidas sete folhas da conclusão do inquérito.”

A Presidente da mesa perguntou ao membro João Osório, a quem tinham sido colocadas as questões.

O membro respondeu, que tinham sido colocadas à Senhora

Presidente, à mesa da Assembleia, que na altura, e segundo o membro João Osório, a Presidente da mesa respondeu que estes assuntos estavam nos serviços.

Relativamente à Alpiagra, o membro salientou que os custos com a Alpiagra passam pelos custos de implantação e manutenção da Feira, durante o decorrer desta, salientou também, “passa pelos custos de representação da Feira, porque os convidados do Senhor Presidente e de toda a Vereação, da Câmara Municipal e da própria mesa da Assembleia, são custas da Alpiagra,...”

O membro João Osório comentou que todas as bancadas (CDU, PSD ou PS) têm o direito a ter uma informação da Câmara Municipal sobre o centro de custos da Alpiagra.

O membro Fernando Ramalho interveio, começando por dizer que a Alpiagra é a principal realização festiva do Concelho de Alpiarça, e comentou, “e já que houve o cuidado, e a Assembleia só tem que agradecer, dos membros da CDU verem que as contas de Alpiarça eram as mais caras, também era bom que, agora, vissem qual era o défice das festas de Almada, do Seixal, de Benavente, da Chamusca, de Almeirim e ver se Alpiarça é o Concelho que gasta mais dinheiro em festas.”

O membro fez referência ao facto de o Partido Comunista ter no recinto da Feira um Pavilhão (espaço de negócio/restaurante), podendo contribuir com alguma coisa para a Câmara Municipal, pois a Câmara paga a publicidade, faz os espectáculos e atrai gente a Alpiarça, o membro realçou, “e depois há um partido político que tem um negócio num espaço que é público, que é de todos e é o único partido político neste País, que tem um restaurante/estabelecimento comercial no local do recinto da festa do Concelho.”

De seguida a Presidente da mesa leu um documento, a pedido

da bancada da CDU, que lhe foi entregue pela própria bancada e que foi distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.

Após ter lido o documento acima referido, a Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente começou por realçar a sugestão da membro Inês Aguiar, referente ao pátio exterior da Escola Primária, ficando registada, e segundo o Senhor Presidente, a exemplo dos grandes investimentos que têm sido feitos no local.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara, fez referência às contas que a membro Anabela Costa apresentou, referentes à Alpiagra, e lança um desafio à bancada da CDU, dizendo, "...a Alpiagra/2007 teve um saldo negativo..., ou seja não houve rentabilidade, não há rentabilidade nas actividades Municipais, Anabela, é um conceito desajustado, inadequado, inapropriado e bastante conservador, face à realidade do que é um poder local democrático, ...para não ser eu a trazer, e porque o eleito João Osório, concerteza, tem esse números, da Alpiagra/97, que foi a última, da responsabilidade da CDU, seria interessante trazerem a discriminação de quanto custou essa Alpiagra, e no centro de custos das refeições, tragam quanto pagaram, em refeições à Comissão Concelhia do PCP..."

Relativamente à colocação das lombas, junto à Escola Primária e ao Jardim de Infância do Frade de Cima, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, confirmou que ficaria registado à atenção do Senhor Vereador Ferreirinha, para tomar a devida nota.

De seguida, e por último, o Senhor Presidente fez referência ao texto que a Presidente da mesa leu, sobre o Pavilhão, e acrescentou, " e sobre esse Pavilhão, a posição da Câmara consta de uma informação à população de Alpiarça e a todos os eleitos, que

fazem parte da população e que eu vou passar a ler, informação que está sustentada em documentos, objectivos, em deliberações de Câmara, diz o seguinte...”

De seguida o Senhor Presidente leu a informação.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Vereador Mário Pereira, para fazer uma declaração em defesa da honra.

O Senhor Vereador Mário Pereira começou por dizer que não queria fazer considerações sobre a generalidade do documento, nem sobre o assunto que o motiva, mas sim sobre algumas afirmações que são feitas, relativamente a este processo, pelo Senhor Presidente da Câmara. Começou por referir que, “há uma referência à forma como isto surgiu e à proposta dos Vereadores da CDU para que o assunto fosse analisado numa próxima Reunião de Câmara, isso só aconteceu por uma razão simples, à semelhança de outras situações, de outros documentos, esta proposta do Senhor Presidente da Câmara apareceu fora da agenda, e como tal, dada a importância que este assunto tem, para nós e para a população de Alpiarça, não o iríamos discutir ali. Como somos uma força democrática, aberta, que discute as coisas com as pessoas, cara a cara, nos locais próprios, propusemos que ele fosse agendado e que viesse numa outra situação.”

O Senhor Vereador Mário Pereira, falou sobre o comunicado que o PCP divulgou, falando sobre a posição do Partido em relação à retirada de um espaço (Pavilhão), que o consideram próprio por direito.

Relativamente à concentração de 30 de Maio de 2008, que foi promovida pelo PCP, junto à entrada da Câmara Municipal de Alpiarça, o Vereador Mário Pereira, salientou que esta, foi comunicada à Câmara com antecedência e que foi uma concentração ordeira e

houve bastante participação que, segundo o Senhor Vereador, foi positiva.

O Senhor Vereador Mário Pereira precisou que, na Reunião de Câmara de seis de Junho de 2008, não foi ele que tentou transformar a referida reunião num comício, mas sim um elemento da maioria, como até veio referido na comunicação social.

Para finalizar o Vereador Mário Pereira, acrescentou, “quanto à questão de fundo, nós não temos esta posição, a nossa posição é que, aquela deliberação de 1997 é válida, é a que está em vigor e é por isso mesmo que nós sabemos que o PCP verá ser-lhe dada a razão nos locais próprios.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Informação escrita, que foi distribuída pelos membros da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, em primeiro lugar, para falar sobre a Exposição referente a José Relvas, que iria decorrer na Assembleia da República, e, segundo o Senhor Presidente da Câmara, é a forma mais marcante, mais visível e mais sentida, em termos Nacionais, de homenagear a pessoa de José Relvas, irá marcar, também, o inicio das comemorações do centenário da Implantação da República, onde Alpiarça se associa a este facto com muita honra, através da Exposição.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara, falou da presença de Alpiarça na cidade francesa de Champigny-Sur-Marne onde viveram, em condições sub-humanas, milhares de portugueses, no

início do movimento migratório (década de cinquenta). O Senhor Presidente da Câmara fez referência a uma pessoa (Pároco), com noventa anos, que tiveram oportunidade de conhecer, e que dedicou a sua vida a causas humanitárias de uma forma extraordinária e incansável, ajudando imensos portugueses, encarregando-se de os transportar para a cidade francesa de Champigny-Sur-Marne que era como que um porto de abrigo.

Falou, também, da emoção que sentiam os portugueses, que estavam presentes, contando as diversas situações porque passaram, e o orgulho que agora sentem, depois de uma vida inteira de trabalho e de sacrifício.

Realçou o Parque do “Plateau”, que na opinião do Senhor Presidente da Câmara, é um parque notável, onde há um Monumento dirigido à memória da emigração portuguesa, de homenagem a uma comunidade, que eles (franceses) reconhecem, foi determinante para erguer uma França diferente, disse então, “senti-me que esta seja a França que vale a pena, é a França do humanismo, da liberdade, da igualdade e da fraternidade”.

O membro Celestino Brasileiro interveio, para colocar a questão referente à Escola E/B 1 do Frade de Cima, se esta irá abrir no próximo ano lectivo.

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu, “correndo o perigo de me antecipar, a posição do Município de Alpiarça foi sempre de defender a manutenção da Escola do Frade de Cima, até que o novo Centro Escolar esteja construído”.

A membro Anabela Costa interveio, para salientar que tem verificado que a Vila de Alpiarça está a precisar de limpeza, onde crescem ervas nas ruas, mais concretamente, na Rua Maestro Virgílio Fortunato Venceslau, que é a rua onde a membro mora.

A Presidente da mesa, perguntou ao Senhor Vereador Ferreirinha se queria responder.

O Senhor Vereador Ferreirinha não respondeu.

A Presidente da mesa interveio de seguida para esclarecer, "há uma coisa que eu gostaria que todos tomassem consciência do seguinte, se eu não deixasse dar esclarecimentos, é porque não deixava dar esclarecimentos, tendo em conta que era uma situação completamente diferente, de um assunto que já estava mais que esclarecido, já se tinha percebido as posições todas, entendi que o Senhor Vereador devia esclarecer a membro Anabela, de uma questão que ela tinha posto à bocado, mas já estávamos no Período da Ordem do Dia, tenho consciência disso, achei que o deveria fazer".

Ponto número dois – Proposta de Tabela de Taxas, para actividades de equitação, na Reserva do Cavallo do Sorraia/2008.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto número três – Modificação ao Orçamento/Revisão nº1/2008.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou à votação, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 7 abstenções e 1 voto contra.

Ponto número quatro – Nomeação dos Juizes-Sociais do Concelho de Alpiarça.

A membro Inês Aguiar interveio, para dizer que a única coisa

que recebeu, em relação ao ponto número quatro, foi a convocatória e a certidão da Câmara Municipal, não tinha recebido a listagem, perante isto, a membro leu os dois últimos parágrafos (pág. 16) da Acta de 29 de Fevereiro de 2008.

Quando acabou de ler, a membro realçou, “ eu o que tenho, na minha convocatória, para apreciar e votar é a nomeação dos Juizes-Sociais do Concelho de Alpiarça, os nomes só tive conhecimento agora”.

A Presidente da mesa, perguntou, “querem que ponhamos à consideração, se querem discutir este ponto por dois terços”.

A membro Inês Aguiar interveio, para dizer que não estava a propor, que simplesmente estava a fazer um comentário.

O membro Pedro Gaspar interveio, para dizer que as bancadas se deveriam pronunciar claramente, sobre a matéria em questão, já que tinha sido “apontado” uma falha à mesa, e disse, “ nesse sentido, por parte da nossa bancada, nós propomos a votação, ou não, para a entrada e discussão deste ponto, ou retirada do ponto, na discussão posterior em relação à Assembleia.”

A Presidente da mesa colocou a votação, o ponto número quatro, foi aprovado com 15 votos a favor e 1 abstenção.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para fazer uma declaração de voto, dizendo, “a sensação com que fiquei quando foi feita a intervenção, antepenúltima, foi de que havia uma questão de forma, e que a mesa estava ser questionada por uma questão de forma, que os documentos não tinham entrado atempadamente, e como tal, deveria ser exigida a votação dos dois terços, o meu camarada de bancada fez essa chamada de atenção, depois fiquei surpreso com a votação, porque vi, que na votação, só houve uma abstenção, quem questionou, também votou a favor”.

A Presidente da mesa perguntou se alguém queria fazer alguma intervenção, referente à listagem apresentada.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para pedir um esclarecimento em relação à votação dos nomes que se encontravam na listagem apresentada.

A Presidente da mesa esclareceu, "nós vamos votar os nomes que estão aqui presentes e que nos foram presentes, vamos aprovar esta nomeação, destes Juizes-Sociais, tal como estão".

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para dizer que, toda a votação em que entrem nomes, obriga a uma votação nominal e secreta, apesar do membro dizer que iria votar, favoravelmente, mas desde que haja nomes envolvidos, a votação tem que ser secreta e nominal.

A membro Inês Aguiar interveio, para fazer uma proposta, que seria votar a lista como se apresentava.

A Presidente da mesa interveio, e leu a Legislação, mais concretamente os ArtºS 33, 34 e 36.

De seguida, e de acordo com o que estava escrito no Artº36, a Presidente da mesa propôs, "a minha proposta é que nós votemos a lista tal como ela nos foi apresentada, a listagem apresentada, na sequência de vários contactos que a Câmara fez, tendo em conta algumas Instituições, ligadas à problemática social, sendo assim eu proponho, que nós votemos o nomes, tal e qual com eles estão.

" O que está escrito, no Artº34, foi o que eu li, se aceitarem a minha proposta, vamos votar a lista tal e qual como está, é a lista que vamos votar, concordam todos?"

Os membros das bancadas, fizeram um gesto afirmativo,(com a cabeça), concordando com a proposta.

A Presidente da mesa colocou a lista proposta a votação, foi aprovada com 13 votos a favor e 3 abstenções.

Ponto número cinco – Apreciação e aprovação de orientações estratégicas para as Águas do Ribatejo e da Minuta do Contracto de Gestão.

O membro João Osório interveio, para saber se a proposta assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, referente às Águas do Ribatejo, se é ou não considerada válida, visto segundo o membro João Osório, é obrigatório um visto prévio do Tribunal de Contas.

Relativamente ao Contracto de Gestão, o membro disse, “depois de ler e reler, constatei que não há da parte das Águas do Ribatejo qualquer participação, ou qualquer contrapartida, para o Município, da utilização das suas instalações, não consta deste Contrato de Gestão, gostava de saber se a Câmara previu esta situação?”

A Presidente da mesa perguntou se alguém queria intervir.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, para responder ao membro João Osório, dizendo, “ A Empresa Águas do Ribatejo, é uma empresa constituída pela vontade dos Municípios, neste momento sete, um em processo de adesão, que é o Município de Torres Novas, e dois que pertenciam aos Municípios fundadores e que saíram. Perante a imposição que foi colocada aos Municípios, de optarem pelo sistema das Águas de Portugal, nós entendemos, que face à gravidade das taxas que isso obrigava a todos nós consumidores, e para além desse processo, não sendo possível um sistema em alta, situação que não agradava aos Municípios, face aos investimentos que têm que fazer quer de raiz, quer para substituição de situações

em baixa, deviam avançar para a constituição de uma empresa com estas características, isto é um sistema empresarial, e sempre que houver sugestões para aumento da parcela dos custos, tem que haver receitas para que o sistema se mantenha em equilíbrio, qualquer sugestão para aumentar os custos conduz ao aumento de receitas, como a receita é a tarifa paga por todos nós, para tarifas mais altas.

É isto que, quem está a negociar o processo, quer evitar e quer que o consumidor tenha a receita, o mais barato possível.”

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para dizer, “O Senhor Presidente já explicou isto mais do que uma vez, em diversos sítios e em diversas alturas, mas certamente, não tem a capacidade de expressão e o poder de convicção que têm os Presidentes das Câmaras do PC, porque os Presidentes das Câmaras do PC, nesta mesma área, convenceram melhor as suas Assembleias Municipais, já tive a fazer um levantamento, porque quando estas situações, das águas, são apresentadas nessas Câmaras, são sempre aprovadas pelos votos do Partido Comunista, só posso reportar isto, há falta de capacidade do Senhor Presidente, para explicar estes assuntos com mais clareza.”

A Presidente da mesa colocou à votação, o ponto número cinco, foi aprovado com 10 votos a favor e 6 votos contra.

O membro João Osório interveio, para fazer declaração de voto, “Como tem sido uma prática, sempre que houve a discussão sobre este ponto, os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Alpiarça, votaram sempre contra, votar contra, não é votar contra qualquer coisa, é votar contra com convicção, que a água é um bem público e como tal não deve ser privatizado”.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções do público presente.

De seguida foi lida a minuta da Acta, não havendo intervenções, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente_____

1ºSecretário_____

2ºSecretário_____

